

## DECISÃO

Boa Vista – RR, 30 de agosto de 2024.

**Processo nº: 031/2024**

### I- DO RELATÓRIO

Trata-se de Impugnação interposta no dia 27/08/2024, por pessoa não qualificada, insurgindo-se contra o Edital de Dispensa de Licitação n.º 90.003/2024 do presente Conselho Regional de Odontologia.

Em síntese, aduz o Impugnante que todos os serviços foram agrupados em um único item; e solicita esclarecimento sobre o item 1.1 e 2.1 do Edital.

### II- DO DISPOSITIVO

*Ab initio*, tenho que a presente Impugnação não merece ser conhecida.

A impugnação restou protocolada no dia 27/03/2024 sem a devida qualificação da parte impugnante. No dia subsequente, 28/08/2024, a parte Impugnante foi devidamente intimada para adequar a sua manifestação, devendo constar a qualificação da parte bem como a documentação completa.

Não obstante a inércia para adequar a Impugnação, novamente, no dia 29/08/2024 restou intimada a parte impugnante pela derradeira vez: *“Notifica-se o Impugnante pela derradeira vez, para, querendo, apresentar a manifestação com a qualificação completa da parte, bem como acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios, sob pena de não conhecimento do mesmo”*.

Dispõe o art. 5º da Lei 9784/99 que:

Art. 6º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

(...)

II - **identificação do interessado** ou de quem o represente;

(...)

V - **data e assinatura do requerente** ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Assim, mesmo após as sucessivas intimações, a parte não adequou a sua impugnação aos termos da Lei, deixando de identificar-se e assinar o requerimento, não merecendo ser conhecido.

Mesmo com o não conhecimento da presente Impugnação, no mérito também não merece prosperar. De maneira direta, o art. 75, §1º, I e II da Lei 14.133/21 não permitem o fracionamento das contratações de itens da mesma natureza e do mesmo ramo de atividade.

Quanto ao fracionamento do objeto em lotes, não se demonstra viável, tendo em vista que os objetos licitados são da mesma categoria, natureza e do mesmo ramo de atividade, se demonstrando, em verdade, tal divisão um ato de antieconômico para à Administração Pública.

No tocante ao item IV da Impugnação, esclarecemos que será aceita a documentação substituidora nos termos da Lei.

Pelo exposto, deixo de conhecer a Impugnação, sem prejuízo, nego provimento ao mérito e presto os esclarecimentos pertinentes.

**GUSTAVO BRUNO CARVALHO MOREIRA**  
PRESIDENTE DA CPL  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO  
CRO/RR – MAT. 25